

EDUCAÇÃO NO BRASIL: CADÊ O POVO?

O presente texto é uma tentativa de construir uma visão panorâmica sobre a história da Educação no Brasil. Um de seus principais objetivos é contribuir com a revisão das alunas e alunos concluintes do curso de pedagogia da UNIFAI. Está aberto, portanto, ao debate e às contribuições dos colegas e alunos.

Os Jesuítas e a Educação no Brasil

Até o final do século XIX praticamente não houve preocupação com a educação popular no Brasil. Afora a experiência dos jesuítas na educação/catequização dos indígenas nas missões, a preocupação era apenas com a escolarização das camadas dominantes.

A Companhia de Jesus, criada pelo militar espanhol Inácio de Loyola com objetivo de combater a reforma protestante, primava por sua disciplina rígida, o culto à obediência e à dedicação à educação em todo o mundo. Foi dentro dessa perspectiva que se iniciou a educação no Brasil.

Desde sua chegada ao Brasil, em 1549, os jesuítas desenvolveram intenso trabalho de educação dos indígenas. No ensejo de “salvar” suas almas, impunham-lhes uma cultura forânea e transformavam-nos, objetivamente, em presas dos bandeirantes ávidos de escravos baratos.

Além dos indígenas, os jesuítas dedicaram-se também, ao ensino da elite, através dos colégios por eles criados, inicialmente com o intuito de formar seus próprios padres. Esses colégios foram, por longo tempo, a base da educação brasileira.

O que caracterizou o ensino jesuíta foi seu profundo tradicionalismo. Sua pedagogia, baseada na “*ratio studiorum*”, que pregava, entre outros itens: “Repetição de aula – no fim da aula, alguns alunos, cerca de dez, repitam entre si por meia hora o que ouviram e um dos discípulos, da Companhia, se possível, presida a decúria” (GADOTTI:1989).

O sistema de ensino dos jesuítas marcou profundamente a educação brasileira. Mantinham, em 1759, 36 missões, 25 residências e 18 colégios e seminários, o que dá uma dimensão de sua força na educação nacional. Sendo, durante muito tempo a forma mais organizada e sistemática de educação em território nacional. Não tiveram, no entanto, atenção para com a educação popular.

Em 1759, algumas mudanças ocorrem na metrópole, por ordem do Marquês de Pombal, que pretendia modernizar Portugal, os jesuítas foram expulsos dos territórios portugueses, inclusive do Brasil. Durante a ausência dos jesuítas a educação nacional se desarticulou. Os programas e o sistema de ensino foram substituídos por aulas régias, de forma assistemática e pouco eficiente. Eles retornaram ao país em 1847, retomando suas atividades educativas.

Esse ensino de caráter elitista era o exigido por uma sociedade escravocrata, cuja economia baseava-se na exportação de produtos agrícolas, como o açúcar. Os filhos da elite agrário-exportadora completavam seus estudos na Europa. Além do mais os trabalhadores rurais, em sua maioria escravos, não necessitavam de estudos, segundo a concepção da elite colonial.

O império e a formação da elite brasileira.

Este período da educação no Brasil se inicia com a vinda da família real para o país, em 1808, fugindo da invasão napoleônica a Portugal e, principalmente, com a Independência, em 1922. A partir desse momento, o Brasil passa a ter a necessidade da formação de suas próprias elites. A administração do país passa a necessitar de quadros que possam ocupar os diversos cargos públicos abertos.

A Europa no século XIX, particularmente a Inglaterra, passava pela “Revolução Industrial”, enquanto o Brasil vivia sob o decreto de D. Maria I, de 1785, que proibia a construção de qualquer fábrica. Extinto o decreto, em 1808, D. João VI “abre os portos às nações amigas”, permitindo a importação de produtos ingleses com tarifas baixíssimas. Mantém-se, portanto, o Brasil como um país exportador de produtos primários e importador de produtos industrializados, principalmente ingleses. Mesmo após a proclamação da Independência, foi mantida a relação privilegiada com a Inglaterra.

O modelo político adotado no país, logo após a independência, é sintomático da dominação oligárquica. A Constituição de 1824 estabelecia um processo eleitoral com voto censitário: o eleitor de paróquia deveria comprovar uma renda anual de no mínimo cem mil-réis, o eleitor de província duzentos mil-réis, o candidato a deputado quatrocentos mil-réis e o candidato ao senado oitocentos mil-réis. A eleição era indireta (como a americana) e estavam excluídos, obviamente, além dos pobres, também as mulheres, os menores de 21 anos e os escravos.

O modelo econômico continuava prescindindo de educação para o povo. Porém, o ensino primário, ou elementar, ganhou algumas leis, tornando-se “gratuito a todos os cidadãos”, pela constituição outorgada de 1824. Além da restrição do conceito de cidadão no período imperial, a responsabilidade por implementar tal medida ficou a cargo das províncias, que pouco ou nada fizeram para tornar efetiva a lei.

Durante o Império a preocupação com a formação de uma elite nacional gerou a criação de várias faculdades, particularmente de Direito, Engenharia e Medicina. Eram os cursos para formar “Doutores”, tão ao gosto da elite tupiniquim. Não havia qualquer obrigatoriedade de diplomas anteriores para o ingresso nos cursos superiores. Geralmente sua preparação dava-se em aulas avulsas.

A República do Café com Leite: educação para quê?

A proclamação da República, em 1889, cerca de um ano e meio após o fim da escravidão oficial no país, apresenta-se como um rearranjo entre os setores médios, representados pelo componente militar, entre os quais se destacaram Deodoro da Fonseca, monarquista declarado, Floriano Peixoto e Benjamin Constant, e os setores oligárquicos tradicionais, particularmente os cafeicultores paulistas. Fica mantida a política agrário exportadora, agora com a elite cafeeira diretamente no poder. Para termos uma noção da importância do café na economia nacional, basta citar que entre 1881 e 1890, o café respondeu, sozinho, por 61,5% das exportações brasileiras.

O Brasil continuava inserido na “divisão internacional do trabalho” conforme a “lei das vantagens comparativas”, que tanto beneficiava os países industrializados, segundo a qual, cabia aos países com abundância de terras e a possibilidade de receber imigrantes, concentrar-se na produção agrícola e importar os produtos industrializados (FURTADO:1996). Nesse período o país assiste também a entrada maciça de imigrantes no país, substituindo a força de trabalho escrava, que foi abolida, oficialmente, em 1888.

Do ponto de vista do modelo político, a recém criada república elimina o voto censitário, mas mantém as restrições ao voto das mulheres, dos menores de 21 anos e dos analfabetos (que representavam cerca de 70% da população), além de manter o voto aberto. Com todas estas restrições a manipulação das eleições era óbvia.

A constituição republicana de 1891 mantém como responsabilidade dos estados o ensino elementar e retira do texto constitucional a gratuidade desse ensino.

Benjamin Constant foi o primeiro ministro da “Instrução, Correios e Telégrafos” (1890 a 1892). Buscou implementar algumas reformas visando constituir no país uma educação de cunho iluminista e positivista, como o lema “ordem e progresso” da nova bandeira. Sua curta permanência no cargo e a pouca efetividade de suas propostas demonstra que no novo regime a educação popular continuava relegada ao segundo plano. Nas palavras de Leôncio Basbaum, citado por Maria Luiza Santos Ribeiro, para a elite o importante era ser “doutor”, por isso “éramos um país de doutores e analfabetos”.

A indústria chega ao Brasil

No final do século XIX, mesmo com a desleal concorrência com os produtos ingleses, a indústria começa a se desenvolver no Brasil. Esse desenvolvimento se acentua no período da Primeira Guerra Mundial. Segundo Caio Prado Junior, havia, no Brasil, 13336 estabelecimentos industriais em 1920, sendo 5936 criados entre 1915 e 1919.

“A indústria traz a urbanização e alterações na estrutura social, com o aparecimento não só da burguesia industrial e do proletariado urbano, a ela diretamente vinculados, como também de uma séria de outros setores sociais urbanos, cuja ação social e política passa a ter mais e mais importância” (PEREIRA: 1999).

A acelerada urbanização do início do século XX muda significativamente a relação do país com a educação. Em 1900, cerca de 10% da população vivia nas cidades, em 1940, já havia 26% da população nas cidades e em 1960, 45% (SANTOS, *in* BENJAMIM: 1998).

A indústria e a vida urbana exigem algum nível de escolaridade do conjunto da população, mesmo dos trabalhadores, ainda que “em doses homeopáticas”, como na frase que se atribui a Adam Smith. Há ainda a pressão das chamadas “classes médias urbanas”, bastante fortalecidas com a urbanização, que exigem do Estado educação e espaços democráticos. Além das pressões populares por escola.

Os sindicalistas anarquistas buscaram construir sua própria escola e pedagogia. Foram fundadas em diversas cidades do país “Escolas Racionais” ou “Escolas Modernas” sob a inspiração, principalmente, dos textos do espanhol Francisco Ferrer. Os anarquistas construíram ainda várias bibliotecas, Centros de Cultura Operária, núcleos de estudos e muitos jornais, com o objetivo de educar os operários e seus filhos. O ímpeto anarquista diminuiu na década de 20 com a repressão, a prisão e deportação de muitos de seus líderes.

No bojo desse processo, em 1924, fundou-se a Associação Brasileira de Educação, abrindo o debate educacional, como nas Conferências de Educação. Datam ainda da década de 20 as Reformas nos Sistemas Estaduais de Ensino visando ampliar o atendimento ao ensino primário e modernizar a educação, como a de Sampaio Dória, em São Paulo (1920), a de Lourenço Filho, no Ceará (1923), a de Anísio Teixeira, na Bahia (1925), a de Francisco Campos e Mário Casassanta, em Minas Gerais (1927) e a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928) (PILETTI: 1997).

A crise financeira mundial de 1929 acelera a crise da oligarquia agrário-exportadora. Apesar disso o candidato dos fazendeiros paulistas, Julio Prestes, vence os candidatos da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, e do BOC – Bloco Operário e Camponês, Minervino de Oliveira. Os setores dissidentes da Oligarquia não aceitam o resultado eleitoral e partem para a revolução.

A Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas ao governo, representa uma mudança no poder, com a participação da burguesia industrial. As ações do governo Vargas, que dura até 1945, apontam no sentido da modernização do país, adotando um modelo econômico “nacional desenvolvimentista com base na industrialização por substituição de importações”. Esse novo modelo clama por relações mais modernas na sociedade, cujos problemas sociais não podem mais ser tratados como “caso de polícia” (como em frase que se atribui a Washington Luiz, último presidente da República do Café com Leite, derrubado por Vargas).

Já em 1931 o novo Ministro da Educação, Francisco Campos, apresenta à nação as primeiras reformas do novo governo. A “Reforma Francisco Campos” cria o Conselho Nacional de Educação, institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, dispõe sobre a organização do ensino secundário e organiza o ensino comercial. São Reformas que demonstram uma maior preocupação do novo regime para com a educação, o que vai se consolidar na constituição de 1934.

Em 1932, sob a inspiração do liberalismo, os chamados “profissionais da educação” lançam à nação e ao governo o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que se transformou num marco do movimento escolanovista no Brasil. Associando a necessidade da educação ao desenvolvimento nacional, o “manifesto” preconiza a educação pública, gratuita, laica e obrigatória, extensiva, portanto, a toda a população. Para isso propõe o método ativo da escola nova como modelo pedagógico.

No entanto a educação no país continua restrita à elite.

O “grande debate”

Os defensores da educação tradicional, particularmente a Igreja Católica, reagem ao “manifesto” e retomam a ofensiva na defesa da escola privada e da pedagogia tradicional. Este debate vai se refletir na Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1934.

Para as eleições os católicos lançaram a Liga Eleitoral Católica, cujos eleitos defendiam sua concepção favorável à educação privada. Ainda assim a nova Constituição foi marcada por avanços importantes na área de educação, tais como a necessidade de um “plano nacional de educação”, articulando a educação em nível nacional, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, o concurso público para professores e determinou a reserva de 10% do orçamento da união para a educação, além de 20% dos estados.

Enfim, como podemos perceber, foi um período de intenso debate na sociedade sobre a necessidade da educação e sobre a melhor forma de educar.

Esse debate foi interrompido em 1937, com o golpe que instituiu o Estado Novo. Com o golpe, Getúlio Vargas inicia um período ditatorial em que o debate educacional ficou secundarizado.

A ditadura do Estado Novo, com seu modelo centralizador, edita as “Leis Orgânicas do Ensino”, também conhecidas como “Reforma Capanema”, por terem sido organizadas sob a administração de Gustavo Capanema no Ministério da Educação. A essas leis soma-se a “Lei Orgânica do Ensino Primário”, editada em 1946, após a derrubada de Vargas.

As “Leis Orgânicas” organizaram a educação no país. Instituíram o Ensino Primário, de 4 anos e mais um preparatório para o exame de admissão no secundário; o Ensino Secundário dividido em Ginásial, de 4 anos, e Colegial, de 3 anos, dividido entre clássico e científico; os cursos profissionalizantes, Industrial, Comercial, Agrícola e Normal.

A educação tinha, claramente, um caráter dualista: um ensino clássico, voltado para a formação das elites, através de uma sólida formação humanista, e outro profissionalizante, para as classes populares que, previa-se de antemão, não concluiriam os estudos. Esses cursos profissionalizantes davam o direito à continuidade dos estudos apenas no curso superior correspondente.

Criaram-se ainda, nesse período os cursos profissionalizantes rápidos, através do SENAI e SENAC.

Em 1945, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, sob o clima de destruição do fascismo e do nazismo, Vargas foi derrubado. O debate educacional foi retomado, tanto na elaboração da Constituição de 1946, quanto no período posterior, que passa pelo debate da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961 e foi novamente calado pelo Golpe Militar de 1964.

Esse Grande Debate sobre os rumos da educação nacional tem um cenário especial na elaboração na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sua tramitação começa pela apresentação de um primeiro projeto em 1948 e só foi concluída pela promulgação da lei 4024, em 1961.

Os católicos e demais defensores da educação privada pregavam a primazia da definição das famílias sobre a educação dos filhos, o que lhes daria a prerrogativa de escolher o tipo de escola em que gostariam de matriculá-los, cabendo ao Estado garantir esse “direito” das famílias através do repasse de recursos públicos às escolas particulares.

Os defensores da escola pública chegam a lançar um novo manifesto em 1959, sob o título “Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados”, publicado no jornal O Estado de São Paulo. Nesse “Novo Manifesto”, voltam a defender a escola pública, laica, gratuita e obrigatória, defendendo que as verbas públicas devem ser dirigidas às escolas públicas. Tal manifesto gera a “Campanha de Defesa da Escola Pública” em 1960.

Em 1960 o Brasil era um país bastante industrializado, com cerca de metade de sua população vivendo nas cidades, o que demandava uma necessidade de educação básica além do que havia e mesmo da visão dos grupos mais conservadores, o que explica a adesão do conservador jornal O Estado de São Paulo entre os defensores da Campanha de Defesa da Escola Pública.

A LDBEN, de 1961, considerada razoável por parte dos defensores da escola pública, como Anísio Teixeira, e ruim por outros, como Florestan Fernandes, mantém a estrutura tradicional da educação brasileira, com o primário de 4 anos, o secundário dividido entre o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos, nas modalidades clássico, industrial, comercial, agrícola e normal.

Paralela e complementarmente a esse debate em torno da LDBEN, surgem movimentos populares, como os Centros Populares de Cultura (CPC) da UNE, os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB), cujo objetivo era a erradicação do analfabetismo e a “conscientização” da população. Esses movimentos eram influenciados por setores da esquerda e pelo “pensamento social cristão fundamentado na atualização de doutrinas da Igreja Católica” (GUIRALDELLI: 1994).

Nesse período destaca-se a contribuição de Paulo Freire, com sua “Pedagogia Libertadora” ou “Problematizadora”. Esse renomado educador brasileiro, com inúmeros prêmios e reconhecimento internacional, serviu de base teórica para boa parte das iniciativas de alfabetização/conscientização de diferentes grupos.

A ditadura militar e a educação

O Golpe Militar de 1964, buscando garantir os interesses do capital internacional, principalmente o americano, implanta no país uma ditadura que intervém em sindicatos, expulsa, prende e aniquila a oposição, elimina as eleições para governadores e prefeitos de capitais e cidades consideradas de segurança nacional, além de impedir a existência de partidos políticos. A Ditadura permite a existência de dois partidos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), governista, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição. Mas as limitações ao exercício da oposição eram tão grandes que tais partidos ficaram conhecidos por “partido do sim e partido do sim senhor”.

Em 1968 o regime endurece ainda mais, com o Ato Institucional nº5 (AI-5), que dá plenos poderes ao presidente da república para fechar o congresso, cassar deputados, suspender direitos políticos, etc. A educação recebe, em 1969, seu próprio AI-5, o decreto 477, que impedia qualquer movimentação política em qualquer instituição de ensino. À oposição real ao regime restou a luta armada, tentada por muitos jovens nesse período.

A Ditadura Militar celebrou, através do MEC, diversos acordos com a *Agency for International Development* americana, que ficaram conhecidos como “acordos MEC-USAID”. Assim, através da assessoria americana, várias mudanças começaram a ser implementadas na educação brasileira.

Houve, em 1968, através da lei 5540, a reforma universitária. Em 1971, a reforma do ensino de 1º e 2º graus, com a lei 5692, criou o 1º grau, de 8 anos, obrigatório, e o 2º grau, de 3 ou 4 anos, necessariamente profissionalizante. Essa obrigatoriedade de profissionalização no 2º grau foi revista em 1983.

Essas mudanças tiveram o sentido do ensino tecnicista, voltado para a profissionalização. Disciplinas introduzidas, como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), Estudos Sociais, outras excluídas, como Sociologia, Filosofia e Psicologia, demonstram a característica “amestradora” da educação para a ditadura militar. Some-se a isso os cursos de Licenciatura Curta, que visavam a formação rápida de professores (ou como diz Marilena Chauí, em artigo de 1977 na Folha de São Paulo: “formar professores curtos”).

O governo militar reprimiu as iniciativas sociais de combate ao analfabetismo, como os CPCs e os grupos ligados ao Método Paulo Freire, e criou o MOBRAL, de linha oficialista.

Entre os educadores, vicejava a teoria reprodutivista, segundo a qual o papel da escola é reproduzir e manter a estrutura do sistema tal como é. A escola passa a ser vista por muitos educadores apenas como um “aparelho ideológico do estado”, como dizia Althusser.

“Os ganhos da década perdida”

Os anos 80 conhecem, no Brasil, a crise da ditadura militar e o crescimento espantoso dos movimentos de contestação ao regime e ao sistema. Temos, nesse período, a reforma dos partidos políticos, a criação de centrais sindicais, o surgimento dos sindicatos de funcionários públicos, como professores da rede oficial, além do movimento pelas diretas, em 1984, que reuniu milhões de brasileiros nas ruas, no maior movimento popular que o país já viu. Em 1985 assume o primeiro presidente civil, eleito pelo colégio eleitoral como vice-presidente.

Devido ao crescimento econômico negativo do Brasil e de toda a América Latina, a década de 80 ficou conhecida como “década perdida”. No entanto foi, para a educação, uma década de grandes debates e de avanços significativos, o que levou o professor Dermeval Saviani a forjar a expressão “ganhos da década perdida”.

Ressurgem os Grêmios Estudantis e as entidades gerais dos estudantes, como a UNE e a UBES, surgem os conselhos de escola deliberativo e experiências de eleição para diretor de escola, entre outros mecanismos de democratização da vida escolar, de participação e de cidadania.

Entre os educadores havia o questionamento ao fracasso escolar das classes populares. A ditadura havia construído escolas, nas quais os pobres repetiam até evadirem. As explicações estruturalistas, como a de Althusser, não satisfaziam mais àqueles que vinham lutando pela mudança e pela democratização do país. Inicia-se um rico debate sobre o potencial transformador da escola. As perguntas dos educadores passam a ser: Como a escola pode contribuir no processo de mudança do país? Qual seu papel específico, ao lado dos movimentos populares que se avolumavam?

Surgem inúmeras cartilhas buscando métodos de alfabetização diferenciados, tentando substituir a tradicional “cabresto suave” (Caminho Suave). Enfim, o debate é retomado, após o interregno da ditadura militar, como dizem Esther Buffa e Paolo Nosella, no livro *A Educação Negada*, de 1991.

A Constituição de 1988, conhecida como “constituição cidadã”, debatida e promulgada em meio às lutas populares descritas acima, mantém o ensino fundamental obrigatório e gratuito, a dotação orçamentária de 18% do orçamento da união e 25% dos estados para a educação. Enfim a letra da lei aponta na perspectiva da superação do analfabetismo, da universalização da educação fundamental e do crescimento da educação média e superior.

Já nos anos 80 inicia-se o debate em torno na nova LDB, que no entanto só foi promulgada em 1996, numa situação bastante diferente da vivida pelo país nos anos 80.

O Neoliberalismo, a globalização e a educação no Brasil

A década de 90 inicia-se sob a égide do “Consenso de Washington”, um conjunto de receitas aos países latino americanos, criado em 1989, por representantes do governo norte-americano, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). É o ideário neoliberal que passa a ser sugerido/imposto aos países do terceiro mundo, dos quais constam a privatização das estatais, a estabilidade monetária, a diminuição dos gastos estatais com serviços públicos e a abertura às importações.

Nessa década ainda, o mundo assistiu à derrubada do muro de Berlim (1989) e ao ocaso dos países do leste europeu, transformando o mundo bipolarizado da guerra fria, num mundo unipolar sob o domínio dos Estados Unidos. Os países europeus viveram a crise do “Estado de Bem Estar Social”, de base keynesiana e também passaram a adotar o ideário neoliberal. Além disso o encurtamento das distâncias devido ao incrível desenvolvimento dos setores de transporte e, principalmente, de comunicação, viabilizou uma nova competitividade entre as empresas e países, embalados pelo predomínio do capital financeiro, que desestabilizou o papel dos Estados Nacionais. Na busca desenfreada por competitividade num mundo “globalizado” as empresas passam a adotar formas novas de organização da produção mais flexíveis, deixando de lado o taylorismo/fordismo das décadas anteriores.

No Brasil a década se inicia com a posse de Collor de Mello, em março de 1990. Collor procura seguir à risca o receituário do Consenso de Washington. Fernando Henrique dá prosseguimento a esses planos.

Por outro lado os movimentos sociais, tão vigorosos na década de 80, perdem força. Parecem perplexos frente aos novos desafios.

Na educação surgem pensamentos que trazem para esse campo o trinômio qualidade-produtividade-competitividade. Novas ações governamentais procuram seguir as orientações dos organismos financeiros internacionais, particularmente do Banco Mundial. Assim, muitas redes têm aplicado mecanismos como a progressão continuada, que diminuem os números de retenção e de evasão, além disso houve a municipalização do ensino básico, seguindo a pressão da Emenda Constitucional 14, de 1996, que criou o FUNDEF.

A nova LDB, lei 9394/96, surge desse processo de desaquecimento das lutas dos trabalhadores em educação, de subordinação dos órgãos nacionais de educação às orientações dos organismos financiadores internacionais e da busca da “modernização” do país, muitas vezes confundida com a submissão ao capital financeiro e seus interesses.

Os desafios educacionais do III milênio

O Brasil chega ao Terceiro Milênio com o atendimento das crianças de 7 a 10 anos pelas escolas praticamente universalizado. Segundo o censo escolar de 2000, 97,4% da população nessa idade está matriculada no ensino básico. Começamos a ter uma variação negativa no número de matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental. De 1999 para 2000 essas matrículas diminuíram 3,5%. Há também uma pressão sobre as matrículas no ensino médio, que cresceu nesse período 5,4%. São os frutos da queda da taxa de natalidade no país e da aplicação de políticas de aprovação que praticamente eliminam a repetência. No ensino superior assistimos a um crescimento ainda mais elevado das matrículas nas particulares. De 1998 para 1999 as matrículas no ensino superior cresceram 11,8%. Nos últimos 5 anos foi de 43% esse crescimento. No ensino particular o crescimento, entre 98 e 99, foi de 16,9%, enquanto nas instituições estaduais foi de 10,3% e de 8,4% nas federais.

O debate educacional, por outro lado precisa ser retomado. Conceitos chaves como cidadania e participação não podem ser relegados aos livros de história da educação. Precisam ser retomados no debate e na prática dos professores. As novas tecnologias, as novas formas de organização da produção, o predomínio do capital financeiro, que subjuga os estados nacionais, e a supremacia econômico-militar dos Estados Unidos não podem apagar o sonho de uma sociedade mais justa, fraterna e democrática que acalentou tantas lutas em prol da educação para todos.

Cabe a cada um de nós, educadores, reconstruir esses conceitos sob as novas condições. Reconstruir a utopia, como esperança, de um mundo melhor para todos.

Bibliografia

- Batista, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington. *In* Sobrinho, Barbosa Lima *et alii*. Em defesa do Interesse Nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- Bauer, Carlos. Contribuição para a História dos Trabalhadores Brasileiros: o Despertar Libertário. São Paulo: Ed. Pulsar, 1994.
- Buffa, Ester; Nosella, Paolo. A Educação Negada. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- Ferreti, Celso João *et alii* (orgs.). Tecnologias, Trabalho E Educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- Frigotto, Gaudêncio. A Produtividade da Escola Improdutiva. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. 16ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.
- Gadotti, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- Gadotti, Moacir. Educação e Compromisso. Campinas: Papyrus, 1985.
- Ghiraldelli Jr., Paulo. Educação e Movimento Operário. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- Ghiraldelli Jr., Paulo. História da Educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- Jardilino, José Rubens. Paulo Freire: Retratos Biobliográficos. São Paulo: Ed. Pulsar, 2000.
- Leher, Roberto. Banco Mundial, a Educação Brasileira e a Reforma da Universidade. *In* Caderno Temático I. Manaus: ADUA, 1998.
- Pereira, Eduardo Tadeu. Educação Política: um estudo sócio-analítico e institucional da Fundação Nativo da Natividade. Campinas: UNICAMP, 1999. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Unicamp.
- Ribeiro, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- Rios, Terezinha Azeredo. Ética e Competência. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- Romanelli, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 8ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.
- Saviani, Dermeval. Os Ganhos da Década Perdida. *In* Presença Pedagógica nº 6. Belo Horizonte: Dimensão, novembro/dezembro-1995.
- Saviani, Dermeval. Escola e Democracia. 27ª ed. Campinas: Autores Associados, 1993.
- Saviani, Dermeval. Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1980.
- Saviani, Dermeval. A Nova Lei da Educação (LDB). Trajetória, Limites e Perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.
- Xavier, Maria Elisabete; Ribeiro, Maria Luisa; Noronha, Olinda Maria. História da Educação. São Paulo: FTD, 1994.

Eduardo Tadeu Pereira
Licenciado e Bacharel em História pela PUC/SP
Mestre em Educação (Filosofia e História) pela UNICAMP
Professor de Sociologia e Sociologia da Educação na UniFAI
Professor de História da Educação
e Educação e Economia Política na Faculdade Morumbi Sul
março/2001